



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023
(Do Sr. AMOM MANDEL)

Requer informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao Sr. Flávio Dino, acerca da Política de Segurança Pública adotada pelo Governo Federal e as medidas implementadas para enfrentar os alarmantes índices de violência no Brasil.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, acerca da Política de Segurança Pública adotada pelo Governo Federal e as medidas implementadas para enfrentar os alarmantes índices de violência no Brasil. No sentido de esclarecer a esta Casa, encaminhamos as seguintes questões:

- a) Quais são as principais iniciativas e programas implementados pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública para enfrentar a crescente preocupação da sociedade brasileira em relação à violência e à incerteza no futuro em termos de criminalidade violenta e políticas públicas?
- b) Como o Ministério está colaborando com os governos estaduais e municipais para fortalecer a segurança pública e combater a violência de forma integrada e efetiva?
- c) Como o Ministério da Justiça e Segurança Pública está respondendo aos números preocupantes revelados pelo Monitor da Violência em relação à violência política e ao aumento do medo no Brasil?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

- d) Como o Ministério está promovendo um diálogo amplo e aprofundado com especialistas, gestores públicos, instituições e a população em geral para desenvolver estratégias mais eficientes no enfrentamento da violência e na formulação de políticas públicas relacionadas a ela?
- e) O Ministério está ciente da falta de confiabilidade nos dados de segurança pública em alguns estados, como Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima, de acordo com a metodologia utilizada pelo Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública? Quais medidas estão sendo tomadas para melhorar a qualidade e a confiabilidade dessas informações?
- f) Quais são as principais ações e estratégias que o Ministério está adotando para combater a violência e lidar com a perda de força do ciclo de redução da violência iniciado em 2018?
- g) Quais são as medidas preventivas que o Ministério está implementando, como ações de educação, inclusão social e fortalecimento das instituições de segurança, para construir um futuro mais seguro e promissor para todos os brasileiros?
- h) Quais são os investimentos e programas específicos do Ministério para fortalecer a prevenção da violência, incluindo ações de educação, inclusão social e promoção da cultura de paz?
- i) Como o Ministério está trabalhando para garantir a efetivação dos direitos fundamentais à segurança de grupos vulneráveis, como mulheres, crianças, adolescentes, idosos e comunidades marginalizadas?
- j) Quais são as parcerias e cooperações internacionais estabelecidas pelo Ministério visando a troca de experiências e boas práticas no combate à violência e na promoção da segurança pública?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário.

JUSTIFICAÇÃO

A violência é um dos temas que mais preocupam os brasileiros, e essa preocupação é justificada diante da grande incerteza sobre o que pode ocorrer no futuro, tanto em termos da criminalidade violenta quanto em relação às políticas públicas. O país enfrenta um ambiente instável e turbulento, que aumenta a percepção de que o futuro é múltiplo e incerto. Essa percepção também leva a crer que planejar com base em projeções é insuficiente para lidar com os desafios presentes e futuros.

O Estado tem o dever de proteger todos os membros da sociedade e possui uma variedade de mecanismos para garantir a segurança. O direito à segurança é considerado fundamental de acordo com a Constituição brasileira de 1988, e também está presente nos princípios básicos da maioria dos países, especialmente aqueles que valorizam a preservação da democracia e buscam o bem-estar social de toda a população.

No ano de 2022, o Brasil vivenciou um cenário de violência política e medo, e os números revelados pelo Monitor da Violência, uma parceria entre o portal jornalístico G1, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Núcleo de Estudos da Violência, exigem uma ação urgente. É necessário que o país acione o alerta vermelho e saia do piloto automático com o qual a segurança pública tem sido conduzida nas últimas décadas.

Os dados revelados são extremamente preocupantes e deveriam despertar uma profunda discussão sobre os rumos e os sentidos das políticas públicas na área da segurança. Esses números mostram que o ciclo de redução da violência, que havia sido iniciado em 2018, parece ter perdido força. No entanto, é importante ressaltar que a metodologia de grupos de qualidade da informação utilizada pelo Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima ainda possuem sistemas de informações que não são totalmente fidedignos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Essa falta de confiabilidade nos dados torna tanto as quedas quanto as subidas bruscas observadas nesses estados questionáveis, podendo ser resultado de problemas de registro e não necessariamente refletir completamente a realidade do crime e da violência nessas regiões. Diante desse contexto, é necessário um esforço conjunto para melhorar a qualidade e a confiabilidade das informações, a fim de tomar decisões mais embasadas e efetivas no combate à violência.

A incerteza sobre o futuro da violência e das políticas públicas relacionadas a ela é uma preocupação legítima da sociedade brasileira. Nesse sentido, é fundamental um diálogo amplo e aprofundado, envolvendo especialistas, gestores públicos, instituições e a população em geral, para traçar estratégias mais eficientes no enfrentamento desse problema. Além disso, é preciso investir em medidas preventivas, como ações de educação, inclusão social e fortalecimento das instituições de segurança, visando construir um futuro mais seguro e promissor para todos os brasileiros.

Nítida, portanto, a pretensão de cunho de interesse público, sob a égide do princípio do bem comum e da coletividade, bem como, aliado ao fato de que a essência norteadora de todos os órgãos públicos do Estado se filiam na própria razão de existir da Administração, ou seja, no fato de que a Administração Pública atua voltada aos interesses da coletividade, solicito esclarecimentos e transparência nas questões apresentadas neste.

Dessa forma, sabendo da extrema importância dessa matéria e entendendo a necessidade que o cidadão possui em ter acesso a informações relacionadas ao tema, para poderem avaliar se as políticas estão sendo efetivadas e se as prioridades do governo estão alinhadas com as necessidades ambientais do país e do mundo, solicito as informações aqui requeridas e apoio para aprovação do presente requerimento de informações.

Sala de sessões, 16 de junho de 2023

Deputado AMOM MANDEL





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 16/06/2023 17:16:45.867 - Mesa

RIC n.1701/2023

Praça dos Três Poderes - Anexo IV – Gabinete 760 - Câmara dos Deputados - CEP: 70.160-900 – Brasília/DF

Contato: (61) 3215-5760 e-mail: dep.amommandel@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233219779600>

